

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.975 - MG (2019/0033835-6)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

**RECORRENTE : EDVIRGEM DE LACERDA SILVA**

**ADVOGADOS : DAYANE AVELINO DE OLIVEIRA - MG144167**

**JUNIA DE FARIA - MG149299**

**ANDREZA MACIEL DA SILVA - MG171282**

**RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PROCURADOR : PAULO DA GAMA TORRES - MG055288**

**ES**

**SÁVIO DE AGUIAR SOARES E OUTRO(S) - MG116678**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por **EDVIRGEM DE LACERDA SILVA**, com base nos arts. 105, II, *b*, da Constituição da República e 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil de 2015, contra acórdão proferido, por maioria, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 210e):

**MANDADO DE SEGURANÇA - PROFESSORA DESIGNADA - DISPENSA - PRELIMINAR - AUSÊNCIA DE ATO COATOR - REJEITADA - DOCUMENTAÇÃO FALSA - RESOLUÇÃO SEE Nº 3205/2016 - LEGALIDADE - SEGURANÇA DENEGADA.**

*- Há possível ato coator praticado pela Superintendência Regional de Ensino - SER que, de ofício, dispensou a Impetrante.*

*- Diante da natureza da designação que possui a característica de precariedade, verifica-se a legalidade do ato de dispensa, de ofício, da professora designada que apresentou documentação viciada (art. 49, Resolução SEE nº 3.205/2016).*

*V.v.*

**MANDADO DE SEGURANÇA - DEVIDO PROCESSO LEGAL: DIREITO LÍQUIDO E CERTO: VIOLAÇÃO - SEGURANÇA CONCEDIDA.**

*1. A ampla defesa pressupõe o direito à informação dos atos processuais que foram ou serão praticados, assegurando à parte o direito de participar da construção do provimento em contraditório e igualdade de condições.*

*2. A notificação, com a concomitante dispensa de ofício, configura lesão a direito líquido e certo ao devido processo legal de que é titular a impetrante.*

Assevera-se, em síntese, que o Sr. Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, “através da Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas, dispensou a Recorrente e suspendeu seu direito de lecionar pelo período de 05 anos, sob a alegação de que a mesma apresentou documentação declarada como falsa no ato do processo de sua designação como Professora Regente” (fls. 224/225e).

Sustenta-se que os vícios constantes de tais documentos “não foram por ela provocados, tendo sido vítima de ato criminoso praticado por terceiros, o que lhe garante o acesso à Justiça, principalmente a observância dos princípios do Contraditório e da Ampla defesa” (fl. 225e).

Aduz-se que “a recorrente foi surpreendida, sem notificação prévia e sem o devido processo legal, com uma comunicação da diretora da Escola Estadual 'Coronel Antônio Corrêa', informando de sua dispensa e suspensão em razão da penalidade que lhe fora aplicada, estando a recorrente impedida de participar de novas designações pelo período de 05 (cinco) anos, nos termos do que dispõe o artigo 49, XIII – da Resolução SEE/MG 3.205, de 26 de dezembro de 2016” (fl. 226e), sendo ilegal a sanção imposta.

Com contrarrazões (fls. 236/245e), subiram os autos a esta Corte, admitido o recurso na origem.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 252/255e, opinando pelo desprovimento do recurso.

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

No caso tribunal de origem decidiu não haver direito líquido e certo a assistir a parte recorrente, sob o fundamento de ausência de prova pré-constituída,

conforme se extrai dos seguintes excertos do acórdão recorrido (sic; fls. 213/215e):

*A pretensão mandamental visa compelir a Autoridade Coatora a reconduzir a Impetrante ao cargo de professora na Escola Estadual "Coronel Antônio Corres" e a cancelar a suspensão de seu direito de lecionar pelo período de 5 (cinco) anos.*

*(....)*

*Não obstante a peça inaugural do writ alegar a existência de direito líquido e certo à recondução da Impetrante ao cargo de professora, entendo que não se pode extrair da documentação apresentada a existência dos requisitos necessários para a concessão da ordem postulada.*

*A Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas recebeu uma denúncia anônima, por telefone, de que os diplomas apresentados pela Impetrante, no momento da contratação pelo Estado de Minas Gerais, não eram autênticos.*

*Buscando averiguar tão grave denúncia, aquela Superintendência Regional expediu ofício à Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel (fl. 32) e ao Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell (fl. 34) solicitando uma análise alusiva à autenticidade dos Diplomas por eles expedidos e apresentados pela Impetrante no momento da Designação. Ambas as instituições, em resposta à solicitação, informaram que o documento enviado para análise não foram por elas emitidos (fls. 31 e 35).*

*(...)*

*Depreende-se dos documentos de fls. 31/36 que, antes de qualquer providência, a Superintendência Regional de Ensino solicitou manifestação das Instituições de ensino responsáveis pelos diplomas.*

*Conforme Relatório Circunstanciado de fls. 29/30, após análise de toda a documentação enviada pelas Instituições de Ensino Superior envolvidas diretamente no assunto, foi realizada a dispensa da Impetrante, nos termos do art. 50, da referida Resolução.*

*Ainda que a Impetrante alegue o desconhecimento de tais vícios, verifico que, em nenhum dos documentos anexados aos autos é possível aferir a possibilidade de que a mesma, conforme alegado, tenha sido vítima de ato criminoso praticado por terceiros.*

*E mais, apenas o fato da Impetrante ter sido dispensada, de ofício, não constitui prova pré-constituída do direito líquido e certo da parte.*

*Nessa ordem de ideias, verifico que o ato de dispensa foi absolutamente legal, pois é da natureza da designação as características de precariedade, devendo a Administração proceder à dispensa, de ofício, do servidor que, como no caso em apreço, apresenta documentação comprovadamente viciada (destaques meus).*

Nas razões do Recurso Especial, entretanto, tal fundamentação não foi especificamente refutada, implicando a inadmissibilidade do recurso, visto que esta Corte

tem firme posicionamento segundo o qual a falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Colendo Supremo Tribunal Federal: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

Nessa linha, destaco os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõem a 1ª Seção desta Corte:

***PROCESSO CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.***

*1. A falta de combate ao fundamento suficiente para a manutenção do acórdão recorrido acarreta o não conhecimento do apelo, em obediência ao princípio da dialeticidade. Incidência, por analogia, da Súmula 283/STF.*

*2. Na espécie, o Tribunal a quo, além de apontar a ilegitimidade passiva da autoridade, entendeu que o mandado de segurança seria descabido, ante a necessidade de dilação probatória. Esse último ponto, contudo, não foi atacado no recurso.*

*3. Recurso ordinário em mandado de segurança não conhecido.*

(RMS 40.909/RO, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 12/09/2013).

***TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO E SUFICIENTE NÃO ATACADO. INCIDÊNCIA ANALÓGICA DO VERBETE SUMULAR 283/STF. RECURSO NÃO PROVIDO.***

*1. Nos termos do enunciado sumular 283/STF, de aplicação analógica ao recurso ordinário, deve o recorrente impugnar especificamente todos os fundamentos do pronunciamento judicial que pretende reverter, sob pena de, não o fazendo, vê-lo mantido.*

*2. Recurso ordinário não provido.*

(RMS 37.941/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 04/02/2013).

***PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ISS. FUNDAMENTO INSUFICIENTEMENTE ATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF.***

*1. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou que: a) o princípio do impulso oficial é relativo (art. 262 do CPC), cabendo ao recorrente acompanhar o processo e, principalmente, promover a citação, não podendo beneficiar-se de sua própria inércia (fl. 129, e-STJ); b) no caso, a não ocorrência da citação durante o considerável prazo prescricional*

(art. 174 do CTN) deve ser imputada à inércia do exequente, que ajuizou a execução quando já transcorridos mais de quatro anos do referido prazo em relação ao crédito mais antigo e mais de três anos em relação ao mais recente (cf. fls. 37/39), sem informar o endereço correto do executado (cf. fls. 46 e 51vº), sendo, portanto, responsável pela perda do direito de cobrar o tributo - art. 156, V, do CTN; c) não há nulidade da r. sentença, por inobservância do procedimento previsto no art. 40 da Lei nº 6.830/1980, pois não se trata, na hipótese, da prescrição intercorrente, mas sim da prescrição tributária, disciplinada pelo art. 174 do CTN, motivo pelo qual também fica afastada a pretendida aplicação da Súmula 314/STJ. (fl. 130, e-STJ); e d) cumpre destacar que, ainda que eventual demora tenha também decorrido do trâmite processual, não se justifica a longa inércia do exequente, principalmente diante da já apontada obrigação de promover a citação (fl. 131, e-STJ).

2. Como bem registrado no il. parecer ministerial, a parte recorrente deixou de atacar tal fundamentação, suficiente para a manutenção do decisor, limitando-se a repisar os argumentos da impetração sem impugnar os fundamentos do acórdão recorrido.

3. A jurisprudência do STJ se firmou no sentido da aplicabilidade da Súmula 283/STF ao Recurso Ordinário, não se limitando ao Recurso Extraordinário, pois prestigia-a o princípio da dialeticidade.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no RMS 43.093/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2013, DJe 26/09/2013).

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR CONCEDIDA, POSTERIORMENTE CASSADA. PRECARIÉDADA. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS. POSSIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA.**

1. A jurisprudência assente no âmbito da Primeira Seção inclina-se no sentido de ser devida a restituição de vantagem patrimonial paga pela Administração Pública, em face de cumprimento de decisão judicial posteriormente cassada. Precedentes.

2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que não se conhece do recurso ordinário em mandado de segurança, por ausência de regularidade formal, quando o recorrente não impugna, especificamente, os fundamentos que dão suporte ao acórdão hostilizado.

3. A partir da leitura das razões de decidir firmadas no acórdão recorrido, constata-se que não houve insurgência, nas razões do recurso ordinário em mandado de segurança, contra todos os fundamentos utilizados pela Corte de origem para denegar a ordem, mormente aqueles relativos à rejeição, pela origem, das alegações de violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, em especial o da aplicação da teoria da encampação, na medida em que a autoridade teria

*impugnado a situação nas informações. Desse modo, não se conhece de recurso ordinário em mandado de segurança na hipótese de as razões do recorrente não atacarem, específica e fundamentadamente, os argumentos utilizados pela Corte Estadual" (RMS 8.459/RJ, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 4.2.2002).*

*No mesmo sentido: AgRg no RMS 22.190/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 27.11.2009; RMS 33.453/MA, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 9.12.2011.*

*4. Recurso ordinário em mandado de segurança parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.*

*(RMS 36.544/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 27/06/2012).*

Na mesma esteira, colham-se, ainda, os seguintes precedentes:

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. INGRESSO E MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DO VERBETE SUMULAR N. 283/STF. RECONHECIMENTO INCIDENTAL DA INCONSTITUCIONALIDADE. EFEITO INTER PARTES.**

*I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.*

*II - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, do verbetes sumular n. 283 do Supremo Tribunal Federal.*

*III - Outrossim, a alegada violação ao princípio da isonomia não merece acolhimento, porquanto o reconhecimento incidental da inconstitucionalidade do art. 28 da Lei Complementar n. 77/93 (RE n. 248.875-5) tem repercussão apenas inter partes, em razão da eficácia subjetiva da coisa julgada, nos termos do art. 472 do Código de Processo Civil.*

*IV - Agravo Regimental improvido.*

*(AgRg no RMS 33.036/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 30/06/2016, destaque meu).*

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DEMISSÃO. DIVÓRCIO ENTRE AS RAZÕES RECURSAIS E O TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO E DA CONTROVÉRSIA DE FUNDO. SÚMULAS 283 E 284/STF.**

**APLICABILIDADE. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO.**

1. *Recurso ordinário interposto contra o acórdão que denegou a segurança no pleito mandamental impetrado contra ato judicial que visava combater acórdão que decidiu controvérsia de suspensão de segurança; o impetrante alegava que seria a única via possível.*

2. *Da leitura atenta dos autos se infere que o debate de fundo está relacionado com a pretensão autoral de reapreciar questão ligada a processo disciplinar, e essa dissonância de razões em recorrer atrai a aplicabilidade das Súmulas 283 e 284/STF, por analogia: "Se as razões recursais não infirmam os fundamentos do acórdão guerreado, incide, por analogia, o disposto nos enunciados nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal" (AgRg no RMS 48.307/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17.8.2015.).*

3. *A Súmula 283/STF é aplicável aos recursos ordinários, como bem se identifica na jurisprudência do STJ. Precedentes: AgRg no RMS 33.036/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 30.6.2016; AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 18.12.2015; AgRg no RMS 41.529/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24.11.2015; e AgRg no RMS 20.451/RS, Rel. Ministro Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 4.9.2015.*

*Recurso ordinário não conhecido.*

(RMS 46.487/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 18/08/2016, destaque meu).

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Ordinário.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora